

RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.541 - MG (2019/0138284-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : POTTENCIAL SEGURADORA S.A
ADVOGADOS : FLÁVIO LAGE SIQUEIRA E OUTRO(S) - MG058439
FELIPE BUENO SIQUEIRA - MG116885
JULIANA DINIZ DE CARVALHO PORTELA - MG164171
RECORRIDO : JOSE EDUARDO CORREA
ADVOGADO : RENATO LUIS MELO FILHO - SP319075

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. (1) DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO PROCESSANTE. ART. 1.015 DO NCPC. JULGAMENTO EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TAXATIVIDADE MITIGADA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. INTIMAÇÃO DAS PARTES. ARTS. 10 E 933 DO NCPC. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. (2) MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. ACOLHIMENTO DA TESE RECURSAL NA VIA ESPECIAL. AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO COMO DECORRÊNCIA NATURAL DO PROVIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

POTTENCIAL SEGURADORA S.A. (POTTENCIAL) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, em ação de cobrança proposta contra JOSÉ EDUARDO CORREA, o Juízo processante declinou da sua competência para a Comarca de São Paulo/SP.

O relator do agravo de instrumento, por decisão unipessoal, não conheceu do recurso, que foi mantida por ocasião do julgamento do respectivo agravo interno pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

EMENTA: AGRAVO INTERNO. ART. 1.015, III DO CPC. ROL TAXATIVO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE MANEJO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. INADEQUAÇÃO. O Código de Processo Civil em seu art. 1.015, não trata sobre competência, por isso, a utilização de analogia ou interpretação extensiva, na espécie, se revela incorreta, já que, inicialmente, ausente pressuposto básico para atuação do Poder Judiciário. O elenco de decisões suscetíveis de impugnação por Agravo de Instrumento é restritivo, consoante rol

taxativo inserido no art. 1.015 do CPC. A matéria recorrida não é impugnável por meio da via do Agravo de Instrumento. (e-STJ, fl. 326).

Inconformada, POTTENCIAL interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando violação dos seguintes dispositivos: (1) art. 1.015, III, do NCPC, por considerar que o rol previsto no normativo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem. Também indicou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigma precedente desta Corte Superior; e (2) art. 1.021, § 4º, do NCPC, sob o argumento de que não seria devida a multa resultante de suposta ilegalidade na interposição de agravo interno contra a decisão monocrática que não conheceu do agravo de instrumento, porquanto se tratava de simples exercício de direito de recorrer, imprescindível ao prévio esgotamento das instâncias de base a fim de interpor futuramente o recurso especial.

Em juízo de admissibilidade, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal estadual admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 530/532).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Do cabimento do agravo de instrumento

POTTENCIAL apontou violação do art. 1.015, III, do NCPC, por considerar que o rol previsto no normativo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem.

O Tribunal de origem consignou que tal decisão não está acobertada pelas hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do NCPC.

A Corte Especial do STJ, na sessão realizada aos 5/12/2018, no julgamento dos recursos representativos da controvérsia, RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, fixou a tese de que o rol do artigo 1.015 do NCPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a

urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

A tese da interpretação extensiva/analógica do rol estabelecido no dispositivo legal em questão já foi adotada em outros julgados da Segunda e da Quarta Turmas do STJ. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.309.300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 18/9/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. — PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em

seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1.679.909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/11/2017, DJe 1º/2/2018)

No caso em apreço, o Tribunal de origem concluiu pela taxatividade do rol do art. 1.015 do NCPC sem fornecer elementos concretos para verificar se há ou não a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Ressalte-se que referido critério foi estabelecido, como dito anteriormente, pela própria Corte Especial do STJ, no julgamento dos mencionados RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT.

Isso significa que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre a questão à luz do enfoque proposto naquele julgamento qualificado.

Imperioso, assim, o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da jurisprudência desta Corte, após oportunizar às partes que complementem suas manifestações, consoante previsto nos arts. 10 e 933 do NCPC.

(2) Da multa

Considerando o acolhimento da alegação de cabimento do agravo de instrumento na presente hipótese, constitui decorrência natural o afastamento da multa arbitrada pela Corte de origem sob o fundamento de que haveria ilegalidade na interposição do agravo interno contra a decisão monocrática do relator que não conheceu do recurso.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido e determinar o envio dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da fundamentação *supra*, além de afastar

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

a multa aplicada pela Corte de origem com base no art. 1.021, § 4º, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO, Relator

